

AUTOGERAÇÃO SOLAR HOLDING S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021

AUTOGERAÇÃO SOLAR HOLDING S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIOS DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Diretores da
AUTOGERAÇÃO SOLAR HOLDING S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da AUTOGERAÇÃO SOLAR HOLDING S.A. (“Companhia”), respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período compreendido entre 29 de abril de 2021 (início das operações) a 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AUTOGERAÇÃO SOLAR HOLDING S.A, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para compreendido entre 29 de abril de 2021 (início das operações) a 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante de continuidade operacional

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº1, a Companhia foi constituída em 29 de abril de 2021 e as referidas demonstrações contábeis compreendem o período entre aquela data e 31 de dezembro de 2021. Em virtude de a Companhia ainda se encontrar em fase pré-operacional, não apresentou, até 31 de dezembro de 2021, receitas ou despesas operacionais relevantes em seu resultado, sendo dependente do suporte financeiro de seus sócios e de partes relacionadas de forma a permitir a conclusão de seu plano de investimentos e início das operações para os projetos em andamento. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas e foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas atividades. Nossa opinião não contém modificação com relação a este assunto.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. **Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de**



auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.


- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 21 de março 2022.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC-2 SP 013846/F


Cristiano Mendes de Oliveira
Contador CRC 1 RJ 078157/O-2

AUTOGERAÇÃO SOLAR HOLDING S.A

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	Controladora 2021	Consolidado 2021		Nota	Controladora 2021	Consolidado 2021
Não Circulante				Não Ciculante			
Investimento	4	6		Partes Relacionadas	6	6	
		6		Patrimônio líquido		6	
Imobilizado	5	4.700	4.700	Capital social	7	4.700	4.700
		4.700	4.700			4.700	4.700
Total do ativo		<u>4.706</u>	<u>4.700</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>4.706</u>	<u>4.700</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

AUTOGERAÇÃO SOLAR HOLDING S.A

Demonstrações do resultado
para o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>2021</u>
Receitas operacionais e não operacionais	-
Despesas gerais e administrativas	-
Resultado Financeiro	-
Resultado Líquido do exercício	<u>-</u>
Quntidade de ações	-
Resultado Líquido por ações	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

AUTOGERAÇÃO SOLAR HOLDING S.A

Demonstrações do resultado abrangente
para o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

	2021
Resultado líquido do exercício	-
Total do resultado abrangente do exercício	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

AUTOGERAÇÃO SOLAR HOLDING S.A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social
Capital social subscrito e integralizado 1º semestre 2021	1
Capital social subscrito e integralizado 2º semestre 2021	4.699
	<hr/>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>4.700</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

AUTOGERAÇÃO SOLAR HOLDING S.A

Demonstrações dos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora 2021	Consolidado 2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Varição de contas a pagar	(4.706)	(4.700)
	<u>(4.706)</u>	<u>(4.700)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>(4.706)</u>	<u>(4.700)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Transações com partes relacionadas	6	
Integralização de Capitalde capital	4.700	4.700
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	<u>4.706</u>	<u>4.700</u>
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	-
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

1. Contexto operacional

A AUTOGERAÇÃO SOLAR HOLDING S.A. (Companhia) é uma “Holding”, constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Companhia é na Avenida João Cabral de Mello Neto, 850, Bl. 02, Sala 2015, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22.775-057. As demonstrações financeiras da Companhia abrangem as informações relativas às suas atividades em fase pré-operacional, sendo nesse período dependente do suporte financeiro dos seus sócios e partes relacionadas de forma permitir a conclusão de seu plano de investimento e início das operações para os projetos em andamento.

A Companhia tem por objeto social a participação societária no capital de empresas no ramo de energia solar, realizando para tanto a gestão de Sociedades de propósito específico na implantação de projetos de instalações de equipamentos para serem locados para os clientes que realizarão a compensação da energia gerada.

COVID -19

O surto do novo coronavírus (Covid-19) foi considerado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) uma pandemia em 11 de março de 2020 com impactos relevantes nas economias e países nos quais atuamos, trazendo volatilidade aos mercados nacional e internacional.

A pandemia desencadeou importantes ações de governos e entidades privadas, que somados ao impacto na saúde da população e sistemas de saúde mundial, resultaram em mudanças significativas no dia a dia das pessoas.

A Companhia está em fase pré-operacional e até o momento não sofreu impacto material financeiro.

A Companhia entende que está tomando as medidas adequadas para prevenir a disseminação do COVID-19, bem como assegurar a continuidade dos negócios durante o período que perdurar a pandemia.

Em função da volatilidade e incertezas a respeito do período de duração e potenciais impactos da pandemia, a Companhia continua monitorando a situação e avaliando os impactos nas premissas e considerações utilizadas na preparação das demonstrações contábeis.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Administração e foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que englobam as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), a qual teve alterados os seus dispositivos pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, e os pronunciamentos técnicos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que têm, entre outras responsabilidades, o direcionamento para convergência contábil com as práticas internacionais de contabilidade (IFRS).

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem as utilizadas por ela na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 15 de março de 2022.

2.1.1. Continuidade

A Administração avaliou a habilidade da Companhia em continuar operando normalmente e possuir recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro.

Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio.

2.1.2. Moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em R\$ (Reais), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para o Milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.3. Descrição das principais práticas contábeis adotadas

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, a saber:

a. Ativos financeiros

Instrumentos financeiros incluem caixa e equivalente de caixa, outras contas a pagar e transações com partes relacionadas.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 09) - Instrumentos financeiros, adotados pela Companhia, conforme deliberação CVM 763/16.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são efetuados quando a Companhia se torna parte de disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos a valor justo acrescidos, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disto, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- Valor Justo por meio do Resultado (VJR): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem com os resultados de suas flutuações no valor justo.

Os passivos financeiros não derivativos são mensurados ao:

- Valor justo por meio de resultado: quando classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são mensurados ao valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício;
- Custo amortizado: passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido, desde que não seja um item mensurado ao valor justo por meio de resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

b. Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas e apropriadas ao resultado pelo regime de competência de exercícios.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Nesta rubrica, estão registrados os saldos do fundo fixo, banco conta movimento com alta liquidez e estão registradas ao seu valor de mercado.

Estes saldos apresentam liquidez imediata e apresentam risco insignificante de mudanças de valor.

b. Participações em controladas e coligadas

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

c. Contas a pagar

Os saldos a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de terceiros no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, os saldos a pagar são apresentados como passivo não circulante.

d. Provisões

São reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, e é provável

que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

e. Provisões para contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões para contingências passivas, são efetuadas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 e consideram premissas definidas pela Administração da Companhia e seus assessores jurídicos.

f. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidos de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

g. Reconhecimento da receita

Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

Receitas (despesas) financeiras

As receitas (despesas) financeiras são reconhecidas “pro rata die” com base no método da taxa de juros efetiva.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Estimativas e premissas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo

exercício social, estão contempladas abaixo:

(i) Provisão para contingências

A Administração da Companhia, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, estabelece o valor da provisão para contingências, a qual reflete os montantes das prováveis saídas de recursos para liquidação das obrigações de natureza trabalhistas, cível e fiscais.

h. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2).

i. Adoção das normas internacionais de relatório financeiro (ifrs) novas e revisadas

Normas e interpretações novas e revisadas de aplicação obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2021

No exercício corrente, a Companhia não adotou as alterações e novas interpretações às IFRS e aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board - IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 48/ IFRS 9, CPC 38/ IAS 39, CPC 40 (R1)/ IFRS 7, CPC 11/ IFRS 4 e CPC 06 (R2)/ IFRS 16	Reforma da Taxa de Juros de Referência - Fase 2	01/01/2021

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados da Companhia ou sobre as divulgações nestas demonstrações contábeis.

AUTOGERAÇÃO SOLAR HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as normas e interpretações novas e revisadas que foram emitidas, mas ainda não estão aplicáveis, como segue:

<u>Norma ou interpretação</u>	<u>Descrição</u>	<u>Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após</u>
Alterações ao CPC 15 (R1)/ IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual	01/01/2022
Alterações ao CPC 27/ IAS 16	Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido	01/01/2022
Alterações ao CPC 25/ IAS 37	Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento do Contrato	01/01/2022
Alterações ao CPC 37 (R1)/ IFRS 1, CPC 48/ IFRS 9, CPC 06 (R2)/ IFRS 16 e CPC 29/ IAS 41	Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018-2020	01/01/2022
CPC 50/ IFRS 17	Contratos de Seguros	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Making Material Judgments	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 23/ IAS 8	Definição de estimativas contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 36 (R3)/ IFRS 10 e CPC 18 (R2)/ IAS 28	Venda ou Constituição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Postergada indefinitivamente

A administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações contábeis. Contudo, com base nas análises realizadas até o momento, a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis da Companhia em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis.

AUTOGERAÇÃO SOLAR HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

j. Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da controladora AUTOGERAÇÃO SOLARGRID HOLDING S.A., e suas controladas direta e indiretas:

Empresas controladas

	Participação no Capital Total % 2021
Incluída na consolidação	
Controlada direta:	
Autogeração Solar Icem Ltda	100%
Autogeração Solar B JL Ltda	100%
Controlada indireta:	
Autogeração Solar Palestina Ltda	100%
Autogeração Solar Morro Agudo Ltda	100%
Autogeração Solar B JL Itaberaba Ltda	100%

Processo de consolidação

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, do passivo, das receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as seguintes eliminações:

- das participações no capital, reservas e resultados acumulados, cabendo ressaltar que não existem participações recíprocas;
- dos saldos de contas correntes e outras contas integrantes do ativo e/ou passivo, mantidas entre as empresas cujos balanços patrimoniais foram consolidados; e
- dos efeitos decorrentes das transações significativas realizadas entre essas empresas.

Demonstrações contábeis consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas.

Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas

financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Transações e participações não controladoras

A Companhia trata as transações com participações não controladoras como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta ajustes de avaliação patrimonial.

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida é novamente mensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma joint venture ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

Demonstrações contábeis individuais

Nas demonstrações contábeis individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

3. Gestão de risco financeiro

3.1. Considerações gerais e políticas

A Administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos e aprovados pela Administração da Companhia. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros, em relação a essas políticas é apresentada e avaliada mensalmente pela Administração.

A gestão de riscos é realizada pela Administração, que tem também a função de aprovar todas as operações de aplicações e realizadas pela Companhia.

3.2. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela alta administração da Companhia. A alta administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

(a) Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía risco de mercado em suas operações.

(b) Risco cambial

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía risco de exposição cambial líquida.

(c) Risco de crédito

A Companhia não possui outros saldos a receber contabilizados neste exercício. Por este fato, este risco é considerado baixo.

(d) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

3.3. Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo nas datas dos balanços conforme determinado pelo CPC 40 (R1) /IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e de acordo com a seguinte hierarquia:

- Nível 1: avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa de Mercadorias e Valores, um corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e aqueles preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais;
- Nível 2: utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);
- Nível 3: avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

AUTOGERAÇÃO SOLAR HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Valores justos de instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado

Banco conta movimento

Os valores contábeis dos saldos bancários aproximam de seus valores justos, apresentando possibilidade de resgate imediato.

Contas a pagar e operações com partes relacionadas

Estima-se que os valores contábeis dos contas a pagar e das operações com partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos de mercado, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

4. Investimento

4.1 Composição do saldo

	<u>% Participação</u>	<u>Patrimônio líquido em 2021</u>	<u>2021</u>
Autogeração Solar Icem Ltda	100%	4	4
Autogeração Solar BJL Ltda	100%	2	2
Investimento total			<u>6</u>

4.2 Informações adicionais sobre as Empresas investidas

Autogeração Solar Icem Ltda

A Empresa iniciou suas operações em 01/02/2021, sendo seu objetivo principal a Instalação de equipamentos de usina solares, para futura locação dos equipamentos para o cliente que realizará a compensação de energia elétrica gerada.

Por estar em fase de organização, no exercício esta sociedade não registrou saldos em contas de resultado e o balanço patrimonial se resume ao capital social aportado R\$ 1 e investimento no capital de duas Sociedades com sinergia de portfólio de projetos no montante de R\$ 3, em contrapartida registra um passivo com a investidora de R\$ 4.

Autogeração Solar BJL Ltda

A Empresa iniciou suas operações em 08/06/2021, sendo seu objetivo principal a Instalação de equipamentos de usina solares, para futura locação dos equipamentos para o cliente que realizará a compensação de energia elétrica gerada.

AUTOGERAÇÃO SOLAR HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Por estar em fase de organização, no exercício esta sociedade não registrou saldos em contas de resultado e o balanço patrimonial se resume ao capital social aportado R\$ 1 e investimento no capital de duas Sociedades com sinergia de portfólio de projetos no montante de R\$ 1, em contrapartida registra um passivo com a investidora de R\$ 2.

5. Imobilizado

O imobilizado é constituído de gastos realizados nos projetos de implantação de Usinas que serão implantadas pela companhia que foram reembolsados no momento da integralização do capital.

Cliente	Concessionária	2021
CLARO	CPFL	165
CLARO	ENEL	375
CLARO	LIGHT	546
DPSP	COELBA	34
DPSP	EDP	673
TELEFÔNICA	COELBA	1.218
TELEFÔNICA	CPFL	1.688
		<u>4.700</u>

Em virtude do início de atividades operacionais em 2022, não foi iniciado em 2021, o cálculo de depreciações para o ativo imobilizado da Companhia.

6. Operações com partes relacionadas

	31/12/2021
Autogeração Solar Icem Ltda	4
Autogeração Solar BJJ Ltda	2
Total	<u>6</u>

As transações que a Companhia efetua com partes relacionadas referentes a movimentação de recursos para subsidiar as operações das investidas e a organização societária e administrativa.

As operações entre parte relacionadas se resumem a integralização de capital das SPEs (Sociedades de Propósito Específico) pendentes de repasse financeiro, decorrente da ausência da conta bancária durante o período de organização.

AUTOGERAÇÃO SOLAR HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para efeito de consolidação os saldos em partes relacionadas, foram eliminados, apresentando os saldos somente nas demonstrações da controladora.

Não existem transações com partes relacionadas na pessoa física e pagamentos com base em ações da Companhia.

7. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 29 de Abril de 2021, o capital social subscrito e integralizado em moeda corrente, no valor de R\$ 1,2 mil, dividido em 1.200 cotas, na constituição como sociedade limitada.

Em 13 de outubro de 2021, ocorreu uma alteração contratual que transformou a sociedade de responsabilidade limitada em sociedade anônima de capital fechado, foram subscritos e integralizados o montante de R\$ 4.698 MM, correspondentes e a 4.698.800 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e as cotas foram convertidas em ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Segue composição acionária da Companhia, em 31/12/2021:

Sócio	Nº de ações	Valor capital subscrito	% Participação
Autogeração Solar Participações S.A.	4.999.999	4.999	99,99
SolarGrid Holding S.A	1	1	0,01
Total	<u>4.700.000</u>	<u>4.700</u>	<u>100,00</u>

b) Destinação do lucro líquido e Reservas de lucros

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, deduzido a reserva legal, exceto na ocorrência da hipótese prevista no parágrafo 3º, do artigo 202 da lei 6.404/76 que prevê a possibilidade de retenção de todo lucro pela Companhia.

8. Resultado

A companhia, por estar em fase de organização, não registrou saldos nas contas de resultado, assim não apurou lucros ou prejuízos, bem como apuração de impostos sobre resultado.

9. Provisões judiciais

A Companhia não possui ações de natureza cível, trabalhista e outra em suas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021.

10. Instrumentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2021, o valor contábil dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial, contas a pagar em transações com partes relacionadas, aproximam-se de seus respectivos valores de mercado. A Companhia não contratou durante o exercício operações envolvendo derivativos financeiros em proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxa de juros:

11. Eventos subsequentes

Em Janeiro de 2022 a companhia, finalizou a 1ª (primeira) emissão de até 140.000 (cento e quarenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, com garantia real adicional, em série única ("Debêntures"), para distribuição pública, com esforços restritos, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, conforme os termos, condições e características descritos no "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, com Garantia Real Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da companhia.", celebrado em 20 de dezembro de 2021 entre a Emissora e o Agente Fiduciário.